

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.992 - MS (2019/0167293-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : PEDRO SABINO LOPES RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PEDRO SABINO LOPES RODRIGUES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul proferido no HC n.º 1403676-97.2019.8.12.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante delito, no dia 07/02/2019, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 e 16 da Lei n.º 10.826/2003, convertida a prisão em flagrante em preventiva, pois, em sua posse, foram encontradas 4 pedras de cocaína, no total de 150g; 10 papелotes da mesma substância, com 20,07g; uma arma calibre 12 e farta munição; um colete balístico, sacos plásticos recortados e balança de precisão.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 89-93.

Nas razões recursais, alega o Recorrente que, na hipótese dos autos, não estão presentes os requisitos necessários à manutenção da prisão cautelar, uma vez que o decreto prisional, confirmado pelo acórdão recorrido, fundamenta-se somente na gravidade abstrata do delito, sem fazer menção a nenhuma circunstância concreta que justifique a necessidade de prisão cautelar.

Afirma que tem endereço fixo e vínculos familiares, com uma filha menor, "*não apresentando risco de empreender fuga*" (fl. 106).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da custódia preventiva.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da

plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente diante do que consignou o Tribunal de origem a respeito da prisão do Acusado (fl. 92; sem grifos no original):

*"De sua vez, o periculum libertatis fora justificado no **risco concreto de reiteração delitiva**, evidenciado pelas **anotações de processos criminais com condenações definitivas do paciente por crime de tráfico de drogas** (p. 45-46), denotando a necessidade da medida extrema para acautelar a ordem pública.*

*Ressalte-se que nesse tipo de ocorrência, **havendo indícios do exercício da traficância de forma rotineira**, impõe-se que a pessoa acusada seja afastada, ainda que temporariamente, do convívio da sociedade, a fim de dissipar o aparente comércio de entorpecentes, não sendo recomendado ou suficiente a imposição de medidas cautelares diversas."*

Dessa forma, aparentemente, a constrição tem base empírica idônea, pois o entendimento desta Corte é o de que o anterior cometimento de crimes constitui circunstância que legitima a prisão processual **para assegurar a ordem pública**.

Dessa forma, *primo ictu oculi*, não constato a patente ilegalidade sustentada pelo Recorrente – o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau, especialmente sobre a prisão processual imposta ao Recorrente, que deverão vir acompanhadas da senha de acesso para a consulta ao andamento na página eletrônica, se for necessário.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora